

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DA COMPREENSÃO DO TEA ÀS EXPECTATIVAS ESCOLARES EM DEBATE

Kátia Maria de Moura¹; Katissa Galgania Feitosa²; Ana Luíza Barbosa Negreiros³;
George Pimentel Fernandes.

Universidade Regional do Cariri – URCA; professorakatiamoura@gmail.com

Introdução

Atualmente o cenário Educacional é campo de inquietudes acerca do tema Inclusão. Dentre as inquietudes e debates, nota-se uma forte tendência em direcionar pesquisas às diversas ações e demandas em torno do Transtorno do Espectro Autista – TEA. Tal tendência pode ser justificada pelo aumento do número de nascimento de crianças com autismo: 1 cada 68 nascimentos (ANDRADE, 2016) contra 1 para cada 500 nos últimos trinta anos. Pode-se afirmar que não somente o número de nascimento com autismo está em crescimento, que consta cerca de seiscentos mil casos no Brasil (TEIXEIRA, 2017 p.29-30) bem como as estratégias de observação, diagnóstico, terapias interventivas além da disseminação destes conhecimentos sejam provenientes das equipes multiprofissionais, da ciência ou dos familiares das pessoas com o autismo.

No que tange ao campo escolar tem-se o contraditório ao exposto que, reafirmando Mazzota & Sousa (2000) as ações na prática não são proporcionais ao desenvolvimento do campo teórico. Observa-se que muitos professores não tiveram formação inicial, tampouco buscaram formação continuada sobre educação especial ou inclusiva, ou ainda se julgam despreparados para lidar com pessoas com deficiências. Neste sentido, este trabalho se faz pertinente, pois partindo de conhecimentos psiquiátricos do transtorno será contextualizado ao universo escolar visando a reflexão da própria prática docente a partir das provocações: como receber, integrar e oportunizar aprendizagens ao estudante com autismo? Para isso, haverá a elucidação didático-pedagógica acerca do que é o Transtorno do Espectro Autista, proporcionando compreensões acerca deste universo do TEA necessárias à perspectiva da inclusão escolar, seguindo dos relatos de familiares de pessoas com autismo em idade escolar enfocando experiências escolares.

A presente pesquisa é direcionada aos cursos de formação docente, aos profissionais escolares, familiares de pessoas com autismo e demais que tenham interesse

em conhecer algumas particularidades em torno do autismo.

Foi na literatura psiquiátrica que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez como adjetivo para referenciar pessoas com esquizofrenia, por volta do ano de 1906 pelo médico Plouller (Belisário Filho, 2010). Outros médicos psiquiatras também utilizaram o termo de alguma forma associado à esquizofrenia, seja como grau ou manifestação. Segundo Belisário Filho (2010), a utilização do termo autismo mais próxima do que a conhecemos atualmente aconteceu por volta de 1943 com Kanner e 1944 com os estudos de Asperger. No entanto, o trabalho de Leo Kanner intitulado “Alterações Autísticas do Contato Afetivo”, (apud Belisário Filho, 2010) abordou o comprometimento de interação social como incapacidade inata do sujeito com autismo. Já nos estudos de Asperger o prognóstico pode ser positivo de tratamento, ou seja, com acompanhamento adequado, a falta de interação e de comunicação podem ser paulatinamente superados.

Atualmente, conforme o neuropediatra Dr. Schwartzman (2011) o autismo deve ser compreendido dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracterizado por síndromes ou perturbações neurológicas, que se apresentam num amplo e variável grau de comprometimento e de gravidade. O neuropediatra é convergente com Klin (2006) ao afirmar que o TEA apresenta esta variabilidade não só de comportamentos, mas também de gravidade dos sintomas do autismo.

Partindo dessa variabilidade de expressões de manifestações dos sintomas do TEA, relacionaremos o desafio inicial de entender o universo dos estudantes com autismo na tentativa de compreendê-lo para incluí-lo. No que tange a outras deficiências a exemplo da surdez, o professor busca formação na Libras para promover ensino numa perspectiva inclusiva de educação de alunos surdos (Moura; Oliveira, 2017), mas pensar em inclusão escolar de estudantes com autismo perpassa compreender o processo de inclusão ou do autismo de forma isolada, mas os sentidos que traz na essência do processo de incluir, posterior a reflexão dos níveis que são apresentados o TEA os quais serão apresentados conforme classificação do médico neuropediatra Schwartzman (2011): O nível 1 ou leve: a este nível foi incorporado a síndrome de Asperger marcado pelo hiper foco, ou seja, o que lhes forem de seu interesse, possuem pleno domínio. Quando não o tem, não conseguem responder nem o básico.

O nível 2 ou moderado: também conhecido por autismo clássico são os sujeitos que tem a capacidade da fala desenvolvida, mas não tem desenvolvida a capacidade da comunicação. Por isso, necessitam da estimulação através da intervenção. Outra

característica comum é a compreensão somente literal das palavras. Não sabem extrair o sentido figurado das mensagens.

O nível 3 ou severo: é o nível mais grave de manifestação autística. É comumente caracterizado pela ausência de capacidade não só da linguagem, mas da fala. O isolamento social e a permanência de comportamentos repetitivos são típicos deste nível. Em alguns casos a severidade se estende a capacidade de locomoção: muitos não desenvolvem habilidade do andar.

É salutar mencionar que duas ou mais pessoas diagnosticadas num mesmo nível do TEA podem ter desenvolvimento, evolução e severidades bem distintas entre si. Por isso, tanto família quanto professores devem saber que diagnóstico não é sentença logo, o trabalho de intervenção e estímulos não devem ter como linha limítrofe o grau em que foi inserido o sujeito com autismo, mas, numa perspectiva inclusiva da educação, deve-se partir das condições que se tem buscando-se perpassar a situação ao qual se encontra. Importante elucidar características do TEA para refletir que, embora este transtorno ainda seja carente de conhecimentos acerca da causa, o diagnóstico cada vez mais precoce está sendo estimulado e está acontecendo.

Possibilitando avanços teóricos científicos e jurídicos que embasam além dos direitos dos cívicos, os direitos educacionais das pessoas com transtornos do espectro autista, a exemplo a Lei 12.174/2012 e a Lei 13.146/2015 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista e a outra que se trata da Lei Brasileira de Inclusão, respectivamente. Ambas exercem papel fundamental que perpassam a função de direito, vão além. Conscientizam todos quanto ao Dever que a sociedade tem em garantir meios e subsídios de cidadania para a efetivação destes direitos sendo passíveis de penalidades seus descumprimento. Entre tais meios encontra-se a educação, nos ambientes escola, na figura do profissional professor. Logo, se faz útil e urgente compreender a inclusão escolar, mas também refletirmos nossas concepções de ensino neste enfoque. Conforme aborda Moura e Oliveira (2017) podemos não termos plena consciência de preconceito diante das deficiências e até camuflamos com discursos de piedade, descrença, negação ou proteção. Por isso, é imprescindível trazer para a discussão, como a inclusão pode balizar as oportunidades educacionais mantendo o foco na qualidade do ensino, pois nossas concepções diretamente influenciam nossa prática.

Se temos convicção que uma criança com autismo vive “em seu mundo”, não

gosta de pessoas, não se comunica, provavelmente enquanto professora desta, não irei dedicar tempo em estimular a interagir durante uma recreação, por exemplo.

METODOLOGIA

Esta pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica para que fosse possível desenvolver conhecimentos científicos em torno do tema. Foi estruturado de forma que permite a compreensão em torno do transtorno, reconhecimento dos níveis e finalmente, através de pesquisa de campo com a utilização dos instrumentos questionário semiestruturado e entrevista com gravador de som, foram coletados, analisados e interpretação dados dos familiares de crianças, adolescentes e jovens com autismo. A entrevista semiestruturada, segundo Minayo (2010), permite construir informações úteis acerca do tema e da realidade investigada. A interpretação e análise dos dados coletados representam momento de confronto entre ciência, a realidade e subsidia o surgimento de novas ciências. Para a revisão bibliográfica foram selecionados autores contemporâneos de obras do campo da neuropediatria que versam sobre transtorno do espectro autista, e autores contemporâneos da educação especial e da educação inclusiva. Para a pesquisa de campo foram selecionadas quatro famílias, porém somente três aceitaram participar. Toda a pesquisa foi submetida aos preceitos éticos estabelecidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram feitas no mês de Setembro com três familiares de pessoas com autismo. Sendo uma mãe de uma criança de seis anos matriculada na rede privada de educação escolar; uma tia que reside junto com o menino de seis anos matriculado na rede pública e uma irmã de uma jovem de 17 anos que não frequenta a escola desde os 11 anos.

Durante a realização das entrevistas foi possível constatar alguns pontos comuns a saber: as três gestações não foram planejadas e as mães continuaram a tomar anticoncepcional por não terem conhecimento da gravidez. Com exceção de uma mãe as outras duas tinham problemas emocionais que pioraram ao tomarem conhecimento da gravidez. Quanto ao quadro clínico de diagnóstico do transtorno do espectro autista, dois são moderados e apresentam distinções entre eles. Com variações na idade que foi feito o diagnóstico. O acompanhamento e rotina familiar também são distintos entre os sujeitos com nível moderado. A pessoa com nível severo foi a que o diagnóstico foi feito mais

tardio e por ordem médica precisou abdicar da escola, pois esta piorava seu estado mental e de saúde. Outras respostas que chamaram a atenção, pois coincidiram foi quanto a formação dos professores e preparo da escola. As participantes da pesquisa relataram que as escolas ao receberem sua filha e suas irmãs propagaram terem currículo e quadro de professores capacitados para atender crianças com autismo. Mas, que no cotidiano, elas sentem que os professores esquecem deles. Eles chegam em casa irritados, por não conseguirem entender, acompanhar ou por não terem o sentimento de pertencimento ao ambiente que deveriam sentir-se acolhidos. Uma das participantes relatou que sua irmã, com autismo nível 3 teve seu estado agravado, por ter sensibilidade aos sons, à luminosidade e não ter desenvolvida a comunicação a sala de aula fazia ter desencadeada crises nervosas que para se organizar mentalmente recorria às estereotípias. A professora na escola comum não tinha informação sobre o autismo e tentava contê-la, o que piorava levando-a a crises de agressividade. Chegando a um ponto que por ordens médicas precisou sair da escola sob um acordo que a escola iria encaminhar as atividades o que não foi cumprido por parte da escola. Tanto nos níveis moderados quanto neste severo houve a concordância que a escola e os professores precisam de fato estarem preparados para receber a pessoa com autismo numa perspectiva inclusiva e permitir que a família participe deste processo. Ao serem questionadas se a escola convoca e/ou permite a aproximação da família, somente uma participante disse que sim. Porém, esta convocação se resume a informar que a aluna não atende aos ensinamentos da professora. O menino, grau moderado, A tia relatou que sim, houve aprendizagem principalmente a fala e a socialização. Quanto ao conteúdo, ele não se sente motivado, porque as metodologias não são adequadas. Ela diz que ele gosta de imagens, mas que as professoras não adaptam as atividades para as necessidades e interesses dele.

Por último, a mãe da menina com autismo de grau moderado, matriculada na rede privada que relata estar presente na rotina escolar, mas sente não ser ouvida pela escola. Que sente que a escola quer avanços quantitativos e parece não entender que o processo de inclusão do autismo requer conquistar a criança antes de qualquer coisa. Relata que a criança tem um desenvolvimento marcado por progressos e regressos muito intensos. Relata ainda que a escola comum não está sendo uma experiência positiva para a filha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou elucidar o TEA partindo de conhecimentos psiquiátricos do transtorno contextualizado ao universo escolar visando a reflexão da própria prática docente quanto a inclusão escolar de alunos com TEA, seguindo dos relatos de familiares de pessoas com autismo em idade escolar enfocando experiências escolares. Nesta pesquisa foi possível sintetizar o Transtorno do Espectro Autista de comprometimento com base num tripé: comunicação, interação, comportamentos repetitivos, com variações de graus e de severidade. Constatou-se que não há causa definida, porém que a ciência avançou no diagnóstico precoce contribuindo para avanços no campo jurídico que garantiu direitos educacionais, inclusive. Foi exposto também que os avanços não estão sendo acompanhados *pari passu* pela classe docente. De acordo com os dados das entrevistas, foram unânimes ao dizerem que é essencial aos sujeitos com TEA uma escola e professores preparados para esse alunado, que tenham atividades, provas e metodologias adaptadas e se preocupem em conquistar e respeitar a condição que o autismo traz. Um dado revelador foi que em plena era da inclusão, houve unanimidade ao defenderem a educação especial como forma que melhor se desenvolveram. Que possamos pensar que inclusão estamos fazendo nas escolas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thamires. Casos de autismo sobem para um a cada 68 crianças; especialistas explicam. Revista Uol. Disponível em: <https://estilo.uol.com.br/gravidez-e-filhos/noticias/redacao/2016/08/21/casos-de-autismo-sobem-para-um-a-cada-68-criancas-especialistas-explicam.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 01/10/2017.

BRASIL. Senado Federal. **Lei Proteção aos Direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista**. Nº 12.174/2012. Brasília: 2012

BRASIL. Senado Federal. **Lei Brasileira de Inclusão**. Nº 13.146/2015. Brasília: 2015

BELISÁRIO FILHO, José Ferreira. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar** : transtornos globais do desenvolvimento. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 9.

KLIN, Ami. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. *Rev. Bras. Psiquiatr.* [online]. 2006, vol.28, suppl.1, pp.s3-s11. ISSN 1516-4446. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>> acesso 09/09/2017.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira; SOUSA, Sandra M. Zákia L. **Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira.** São Paulo, 2009.

MOURA, Kátia M.; OLIVEIRA, Edjofre Coelho. **A formação docente na perspectiva da inclusão escolar de alunos surdos.** Artigo – FSA: Teresina, 2017

SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves. **Transtorno do Espectro Autista.** 1^oed. Memnon – Brasil: 2011.

TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do Autismo: guia dos pais para o tratamento completo.** 3^a ed. – Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.